TESE DE DOUTORADO

A SUFICIÊNCIA DO JUÍZO DE VEROSSIMILHANÇA PARA A DECISÃO DAS QUESTÕES FÁTICAS*

ALEXANDRE FERNANDES GASTAL

Data da defesa: 20/10/2006

RESUMO

O presente trabalho examinou a hipótese da suficiência do juízo de verossimilhança para a decisão da questão fática. Para tanto, depois de tratar do conceito de prova e de considerar, sob uma perspectiva histórica, o modo como os principais modelos de processo lidaram com a questão fática, o estudo dedica atenção ao emprego equivocado da noção de verdade no processo de apuração dos fatos em juízo e sustenta a idéia de que a verdade dos fatos, embora cumpra - enquanto ideal a perseguir - uma função legitimante da atividade jurisdicional, não é capaz de descrever o resultado do processo. Afora discussões filosóficas - que não constituem objeto deste estudo - acerca da existência, ou não, de uma verdade objetivamente cognoscível, o fato é que, por toda a conformação jurídica que cerca o procedimento judicial de apuração dos fatos, não é possível assegurar que o resultado desse procedimento corresponderá á descrição da realidade.

* PROF. ORIENTADOR: Carlos Alberto Alvaro de Oliveira

BANCA EXAMINADORA:

Luciano de Camargo Pentecado

Carlos Klein Zanini

Michelle Ratton Sanchez

Adroaldo Furtado Fabrício

Ovídio Araújo Baptista da Silva

Fundação Getúlio Vargas

UFRGS

EDESP

UFRGS

UNISINOS

Partindo do reconhecimento de que assim é, com o auxílio da noção de máximas de experiência e com amparo na concepção de Carnellutti, de que a prova resulta na fixação formal de determinados fatos, o trabalho sustenta a possibilidade de que, em determinadas situações, a mera verossimilhança das afirmações do litigante haverá de ser suficiente, isto é, o julgador terá por fixados determinados fatos, ainda que deles não haja prova, porque a representação que deles faz o litigante coincide com a concepção geral, recolhida da experiência, de que é assim que aqueles determinados fatos ocorrem.

Conclui, então, por admitir que certas situações justificarão que o juiz tenha por suficiente a verossimilhança das afirmações, fundamentalmente quando a dificuldade de produção da prova é de tal ordem que, sem uma redução do módulo probatório, se frustrará a possibilidade de consecução dos fins perseguidos pela norma de direito material.